

7

Considerações Finais

A realização deste trabalho revestiu-se de maior importância para nós, pois foi um processo reflexivo no qual pudemos reconstruir a trajetória do Movimento República do Pequeno Vendedor, assim como expressar nossa compreensão sobre a trajetória da história das crianças pobres no Brasil. Verificamos, ao adentrar nos documentos que tratam das políticas de atendimentos aos meninos de rua, que os programas criados para dar assistência a esse segmento social não cumpriram seu papel, já que foram, em sua maioria, meramente paliativos e sem uma política de trabalho com as famílias das crianças. Por isso, acabaram não favorecendo o grupo para o qual eram destinados.

O que vimos no decorrer da pesquisa foi que as políticas oficiais para atendimento as crianças de rua não apresentam a consistência necessária, nem o compromisso de cumprirem com seus verdadeiros objetivos, que é atender pessoas vivendo à margem da sociedade e que, por falta de responsabilidade social do Estado, passam a indigentes.

O problema da Criança e do Adolescente segregado do convívio social faz parte das feridas da história e de suas febres sociais que deixaram o estigma de que, ser pobre e criança no Terceiro Mundo, é estar isolado dos direitos fundamentais para a sua subsistência.

Percebemos, nesta trajetória do trabalho que o poder público, apesar de sua retórica de políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes de rua, tem apresentado resultados insatisfatórios, seja pela sua inabilidade em retirá-la da rua, seja pela efetivação de programas que não conduzem à cobertura de mínimos sociais as suas famílias. Paradoxalmente às suas leis, consideradas avançadas na questão da criança e do adolescente, o Estado tem se apresentado inibidor de mudanças em suas instituições, com práticas assistencialistas e paternalistas, baseadas ainda, na cultura da meritocracia.

Muitas vezes, essas instituições do Estado não concebem os meninos de rua como crianças; por isso, sugerem como alternativa para sua saída da rua o trabalho, afastando-as cada vez mais da escola e do local adequado para sua formação e para sua aprendizagem. A relevância que acreditamos ter nosso trabalho se coloca por ter iluminado a problemática em sua complexidade,

trazendo dados aos estudos acadêmicos que talvez permitam a academia ir além dos estudos mais gerais sobre a infância e virem a se preocupar mais em investigar a temática “meninos e meninas de rua”. Acreditamos que possibilitando esta mudança no foco, há espaço para a revisão de suas produções no que diz respeito às políticas de atendimento aos segmentos marginalizados da sociedade.

Do ponto de vista social, a pesquisa, também pode contribuir aos diversos movimentos sociais, ONGs e instituições que trabalham na defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, no sentido da elaboração ou reelaboração de suas políticas de ação e enfrentamento a violação dos direitos das crianças e adolescentes. Ou seja, esperamos que esta tese possa contribuir para o trabalho das organizações que tem como objetivo a defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes. Sendo muito otimista, quem sabe o próprio Poder Público venha a tomar ciência de seu conteúdo e, de alguma forma, com as experiências apresentadas, possa alavancar a elaboração de ações para atendimento a crianças e adolescentes que vivem em situação de risco.

Quanto ao trabalho desenvolvido pela República do Pequeno Vendedor, podemos dizer que, pela análise dos dados levantados, se configura socializador, congregador e, quando no melhor de suas ações, solucionador da problemática de, pelo menos, um grupo de crianças. Vimos que o êxito de suas práticas se assenta em alternativas de saída das crianças da rua, seja através de suas oficinas de cursos profissionalizantes, ou seja, pela colocação do menino no mercado de trabalho, já que tem possibilitado a inserção desses meninos na sociedade e no mercado de trabalho através de profissionalização. O trabalho da República nos mostrou que o seu objetivo maior é, de fato, resgatar a dignidade de pessoa humana dessas crianças.

Para esta conclusão, consideramos nada melhor do que trazer os relatos de alguns meninos outrora atendidos pela República e que hoje são gerentes de banco e de supermercados, economistas, professores, empresários, profissionais liberais, assim como, a fala dos educadores que passaram ou atuam ainda hoje no movimento sobre a importância do mesmo para suas vidas. Os relatos dos meninos foram capturados em relatórios da RPV, em reportagens de jornais de circulação na cidade de Belém e em documentários que tratam do atendimento da República aos meninos de rua. Os relatos dos educadores foram extraídos das entrevistas realizadas com os mesmos durante a pesquisa;

“eu entrei na República quando tinha 13 anos, participei do grupo de vendedores de sacolas no ver-o-peso, hoje sou economista, tenho minha empresa e estou muito Bem de vida. Muito obrigado ao Padre Bruno e a republica” (E. P. J – Economista e empresário/ Ex-garoto da República na década de 1980);

“Minha experiência na República foi quando trabalhava na feira do mercado de São Braz. Fui atendido lá, trabalhei como off boy na caixa econômica dos 15 as 18 anos, encaminhado pela República. Hoje sou professor de Geografia no Estado” (P. S – professor de Geografia/ Ex-garoto da República na década de 1980);

“Se hoje eu tenho minha casa, tenho uma família estruturada, tenho um emprego como gerente de supermercado, eu agradeço à República do Pequeno Vendedor” (C. Gerente de supermercado / Ex-garoto da República na década de 1990);

“Se não fosse o movimento, eu não seria o que sou hoje. O movimento é um prolongamento de minha família. Eu estava numa família fragmentada e recebi o complemento do movimento que foi a coisa mais importante da minha vida, se não fosse o movimento eu não saberia dizer por onde eu estaria hoje, dá pra dizer mais ou menos que eu não teria o pensamento que tem hoje, o movimento é fundamental na minha vida” (J. C, S - educador / Ex-garoto da República na década de 1970);

“Toda minha carreira profissional foi construída no e pelo movimento. A minha ação de professora da universidade é permeada pelo que eu aprendi na República. Minha família foi construída a partir da República. Digo isso por que conheci meu marido na República. A República é tão importante na minha vida que na introdução da minha tese de doutorado na UFRN eu faço um relato sobre isso” (Georgina Negrão Kalif/ ex- coordenadora/ fundadora);

“Tudo que eu construí minha vida profissional e até pessoal, foi a partir do movimento. O movimento me ensinou a ser gente. Gente que gosta de gente, que luta por gente, que defende de gente. Aqui você aprende a ser solidário, amigo, compromissado, irmão, a defender o desprotegido, a dá futuro a quem não tinha perspectiva de futuro. (Maria dos Reis-educadora/coordenadora pedagógica desde 1984);

“Eu me formei assistente social na República, por isso ela é importantíssimo para mim, por que me ajudou a formar a a minha concepção e o meu fazer profissional, e até hoje eu levo comigo. Hoje eu não atuo mais com crianças e adolescentes, eu estou em uma outra área, mas muito do que eu aprendi no movimento de Emaús eu incorporei a minha profissão” (Marisa do Socorro Ribeiro Pinheiro / Ex - Assistente Social da RPV).

Os Movimentos sociais são os principais protagonistas na área da educação informal, principalmente pela luta que travam pelos seus direitos. Essa luta tem dado a esses movimentos grande visibilidade como um ator independente, pois suas demandas são, freqüentemente, incorporadas pelos demais setores da sociedade, inclusive pelo próprio poder estatal.

Reiteramos a importância da educação informal para organização dos movimentos sociais, pois ela é promotora de mecanismos de inclusão social, entendendo por inclusão as formas que promovem o acesso aos direitos de cidadania, que resgatam alguns ideais já esquecidos pela humanidade, como o de civilidade, tolerância e respeito ao outro; contestam-se concepções relativas às formas que buscam, simplesmente, integrar em programas sociais compensatórios.

Advogamos que é preciso desenvolver saberes que orientem as práticas sociais, que construam novos valores, entendidos como a participação coletiva de pessoas diferentes com metas iguais. Isto tudo está no campo da educação informal. Se não houver sentido nas formas de participação na área da educação, com projetos de emancipação dos cidadãos que objetivem mudanças substantivas e não instrumentais, corre-se o risco de se ter espaços mais autoritários do que já vivenciamos antes.

Após entrar no universo das atividades desenvolvidas pela República do Pequeno Vendedor, percebemos que sua tarefa é gigantesca. Para desenvolvê-la, foi necessário a RPV criar toda uma estrutura de pessoas e equipamentos sem esperar a iniciativa das políticas públicas e do poder público, pois, como vimos, a RPV assume o compromisso de dar às crianças de Rua aquilo que a ela e a sua família, é negado pelo Estado.

Atuar na defesa dos direitos de crianças e adolescentes em situação de exclusão, particularmente, as que estão em situação de risco pessoal e social na rua, abuso, exploração sexual e violência doméstica foi o que constatamos na prática diária da República do Pequeno Vendedor no decorrer da realização desta pesquisa. Com isso confirmamos nossa tese de que programas como a República do Pequeno Vendedor têm construído estratégias e práticas pedagógicas, com ênfase não exclusiva na educação informal, mais bem sucedidas do que as políticas públicas estatais para socialização e inserção dos meninos de rua na sociedade.